



TCSP2501



03008001

**TCE SP****Tribunal de Contas**
do Estado de São Paulo

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA ESCRITA**AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (DIPE)**Especialidade: **CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

(OPÇÃO: 002)

- Você recebeu este caderno contendo 2 temas de estudo de caso.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Assine apenas no local indicado na capa; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no corpo deste caderno, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova.
- Redija os textos definitivos com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para a transcrição dos textos definitivos.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

USO EXCLUSIVO DO FISCAL

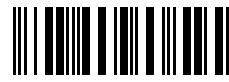
AUSENTE

☐

Assinatura do candidato _____



TCSP2501



03008002

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



TCSP2501



03008003



TCESP

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA ESCRITA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (DIPE)

Especialidade: **CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

(OPÇÃO: 002)

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



TCSP2501



03008004

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TCSP2501



03008005

ESTUDO DE CASO 1

Um auditor de controle externo do Tribunal de Contas encarregado de revisar as demonstrações contábeis do exercício de 20X5 da Prefeitura de “Progresso Fiscal”, durante a execução dos trabalhos, se depara com quatro situações críticas que exigem análise.

Situação 1: Implementação do Ativo Imobilizado e Mudança de Critério

A prefeitura definiu 01.01.20X5 como “data de corte” para iniciar o registro da depreciação de seus bens. O auditor identificou que:

- Um edifício administrativo, adquirido em 20X1 por R\$ 1.000.000,00, nunca havia sido registrado no balanço. Em 20X5, a contabilidade o incorporou diretamente como uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) do exercício, alegando “ganho por incorporação de bem”.
- Em julho de 20X5, a prefeitura decidiu mudar o método de depreciação de sua frota de veículos, do Método Linear para o Método da Soma dos Dígitos, para refletir melhor o desgaste intensivo. A administração aplicou a mudança apenas prospectivamente a partir de julho, sem reapresentar os saldos comparativos.

Situação 2: “Encontro de Contas” com a Concessionária de Energia

A prefeitura possui uma dívida de R\$ 450.000,00. No exercício de 20X5, foi formalizada a compensação de R\$ 450.000,00.

- A prefeitura realizou apenas a baixa patrimonial (D Passivo / C Ativo), sem efetuar nenhum registro orçamentário. O argumento utilizado foi que “não houve fluxo de caixa efetivo” e, portanto, não haveria receita ou despesa orçamentária a registrar.

Situação 3: Evento Subsequente e Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

No dia 15 de fevereiro de 20X6, antes da emissão do relatório final de auditoria e da publicação oficial das demonstrações de 20X5, uma enchente severa destruiu parcialmente uma ponte municipal que estava registrada por R\$ 2.000.000,00.

- A administração municipal não pretende mencionar o fato nas demonstrações de 20X5, argumentando que o sinistro ocorreu em exercício posterior (20X6).

Situação 4: Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)

A prefeitura pagou, em 20X5, R\$ 100.000,00 referentes a gratificações de desempenho de servidores relativas ao ano de 20X4, cujo empenho havia sido anulado indevidamente no encerramento daquele exercício.

- O contador registrou o gasto como “VPD de Pessoal” em 20X5, impactando o resultado patrimonial do exercício corrente.

Questões:

- Quanto à Situação 1, o registro do edifício como VPA em 20X5 está correto? Se sim, justifique, se não, o que deveria ser feito? Como deve ser tratada a mudança do método de depreciação (erro, estimativa ou política contábil) e qual a forma de aplicação (prospectiva ou retrospectiva)?
- Quanto à Situação 2, analise a legalidade da omissão dos registros orçamentários no “encontro de contas”. Quais indicadores fiscais e limites legais são distorcidos por essa prática?
- Quanto à Situação 3, a destruição da ponte em 20X6 deve gerar um ajuste nas demonstrações de 20X5 ou apenas evidenciação? Explique a diferença entre eventos que dão origem a ajustes e eventos que não dão origem a ajustes.
- Quanto à Situação 4, o registro da DEA como VPD do exercício de 20X5 está em conformidade com o regime de competência? Se sim, justifique, se não, qual seria o lançamento correto no sistema patrimonial?

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TCSP2501



03008006

ESTUDO DE CASO 1

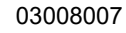
Os rascunhos não serão considerados na correção.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA EScreva NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO EScreva NESTE ESPAÇO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



Texto definitivo

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TCSP2501



03008008

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TCSP2501



03008009

ESTUDO DE CASO 2

Em 2021, o Município X editou decreto de utilidade pública visando à desapropriação de imóveis urbanos para a futura implantação de um distrito industrial. Em 2026, diante da iminente caducidade do ato expropriatório e sem que houvesse prévio planejamento ou dotação orçamentária específica, o Ente Municipal ajuizou a respectiva ação de desapropriação.

No bojo do processo judicial, o magistrado determinou o depósito prévio do valor da indenização. Alegando ausência de disponibilidade orçamentária no momento, o Município pleiteou e obteve a suspensão do feito por 30 dias. Para adimplir a determinação judicial dentro do prazo concedido, a gestão municipal utilizou recursos orçamentários vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Educação), que ainda não se encontravam empenhados, efetuando o depósito judicial.

Na condição de Auditor de Controle Externo, analise a situação sob a ótica do Direito Financeiro, da Responsabilidade Fiscal e da Adequação Orçamentária, identificando as irregularidades cometidas e as respectivas consequências jurídicas e administrativas.

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



TCSP2501



03008010

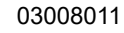
ESTUDO DE CASO 2

Os rascunhos não serão considerados na correção.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



Texto definitivo

[illegible]

TCSP2501/008-PrEscrita-EstudoCaso



TCSP2501



03008012